

# TRADUÇÃO

## O ARQUIVO NACIONAL<sup>1</sup>

Autora: CARBY, Hazel V.<sup>2</sup>

Tradutores: MOYANO, Thiago M.<sup>3</sup>; ARAÚJO, Eliza<sup>4</sup>; COSTA, Priscilla<sup>5</sup>

Meus trajes eram conservadores. Eu não aparentava ser uma pesquisadora subversiva ou rebelde. Era impossível me distinguir dos outros que chegavam ao Arquivo Nacional no início da manhã e que esperavam pacientemente que as portas se abrissem, enquanto cisnes, graciosos em seus movimentos, se aninhavam nas águas entre as algas. Quando eles levantaram seus longos pescoços e gotas d'água deslizaram pela superfície das penas, atinei para minha péssima postura e endireitei a coluna. Nós que íamos embora tarde da noite atravessávamos portas que se fechavam rapidamente atrás de nós e não reparávamos nos cisnes. Marchávamos juntos, indo e vindo da estação de metrô de Kew Gardens, todos os dias, carregando computadores e segurando guarda-chuvas, focados demais em nosso trabalho para cumprimentarmos uns aos outros com pouco mais do que uma leve inclinação de cabeça e um sorriso contido. Depois que saíamos do vestiário e subíamos as escadas, qualquer semelhança com meus colegas viajantes desaparecia: eles pareciam analisar os mesmos manuscritos históricos dia após dia, enquanto

---

<sup>1</sup> <https://www.invisibleculturejournal.com/pub/the-national-archives/release/1>

<sup>2</sup> Professora Emérita de Estudos Afro-Americanos e de Estudos Americanos da Universidade Yale, Membro Honorário da Learned Society of Wales e Fellow da Royal Society of Arts. Atualmente, é Professora-Pesquisadora Visitante e parte do corpo docente do Humanities Institute do Dartmouth College.

<sup>3</sup> Professor de Literaturas de Língua Inglesa da Universidade de Brasília (TEL/UnB). Membro do NELDCult: Núcleo de Estudos em Literatura Diaspórica, Cultura e Tradução (CNPq/UFF).

<sup>4</sup> Professora de Língua e Literaturas de Língua Inglesa na Universidade Federal Fluminense (GLE/UFF); professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UERJ FFP (PPLIN). Líder do NELDCult: Núcleo de Estudos em Literatura Diaspórica, Cultura e Tradução (CNPq/UFF).

<sup>5</sup> Doutoranda e bolsista CAPES/DS pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). Integrante do NELDCult: Núcleo de Estudos em Literatura Diaspórica, Cultura e Tradução (CNPq/UFF).

eu buscava minar a autoridade daquele bastião do conhecimento ao qual tive o acesso concedido generosamente.

Eu estava exposta, mas me sentia completamente no escuro. Uma luz fluorescente iluminava o ambiente a partir de largos retângulos cinza embutidos no teto. Atrás de mim, havia uma parede de vidro, através da qual, se eu quisesse me virar, conseguiria ver o céu, cisnes, gansos, patos nadando no lago e o Jardim Botânico Real em Kew. As asas de aviões comerciais pousando no aeroporto de Heathrow resvalavam pelos telhados do bairro, mas, ali dentro, o rugido dos motores Rolls-Royce era abafado. Como todo mundo trabalhando no Arquivo Nacional do Reino Unido, eu estava hermeticamente isolada do canto dos pássaros, do cheiro de terra molhada, do perfume dos arbustos e das flores, do zumbido do trânsito de Londres, dos sons e ritmos da vida cotidiana.

O prédio inibe distrações, com luzes naturais e artificiais iluminando um interior modesto. O espaço é projetado para prometer transparência em todas as transações: uma promessa de que nada será interditado ou escondido, de que tudo pode ser descoberto. Nesse vácuo de luz, nenhuma sombra ousaria cair para obscurecer, camuflar ou esmaecer os limites de verdades documentadas, reunidas em arquivos, livros e artigos envoltos por um laço. A exposição uniforme à luz nos assegura de que o passado pode ser recuperado, tornado facilmente acessível e disponível a qualquer pessoa com tempo para sentar e observar<sup>1</sup>. A visibilidade, contudo, não garante responsabilização.

Naquela manhã de início de verão, eu sentei em frente ao computador, explorando o catálogo da *Discovery*. O que eventualmente surgiu na tela me deu arrepios. O movimento repentino fez com que as quatro rodinhas da minha cadeira rolassem pela superfície do resistente revestimento do piso industrial. O carpete, um simples arranjo de retângulos em diferentes tons de cinza claro, duplicava as formas no teto. Não havia nada em ambos os padrões que pudesse nos distrair do trabalho sério que era a pesquisa.

Uma sala cheia de gente pensando é quieta, mas não silenciosa. Havia um zumbido de baixa frequência que indicava atividade constante: páginas sendo viradas, documentos sendo escaneados e entregues, mas cada gesto era ponderado, com tosses, espirros e pigarros reprimidos. Minha necessidade de esbravejar estava entalada na garganta e, quando olhei por sobre meu ombro, fiquei aliviada ao perceber que o movimento abrupto da minha cadeira não havia atraído atenção ou atrapalhado o delicado rio de silêncio que fluía pela sala. Eu havia encontrado o que havia ido lá procurar, mas estava olhando para o carpete em vez dos itens no

catálogo. Relutei em submeter o chamado que efetivamente entregaria os materiais ao 14B, que designava meu cubículo laranja e minha mesa verde.

Minha busca era por documentos de cunho financeiro, por “propriedades”. Sistemáticamente, eu havia encontrado fontes criadas ou herdadas pelo “*Tesouro de Sua Majestade*”<sup>6</sup>, e então os “Registros de comissões e comitês [que] refletem funções econômicas essenciais ao Tesouro, como assuntos financeiros e institucionais”. Senti-me prejudicada pela linguagem utilizada no sistema de classificação, a linguagem dissimulada que eu era forçada a assimilar. Eu contesto os termos e as condições que constituíram o mundo em que esses registros foram criados. Preciso de outra linguagem, outro mapa, outras verdades<sup>ii</sup>.

A fim de evitar temporariamente meu objeto de pesquisa, que eu tinha que enfrentar em algum momento, passei a refletir sobre a estrutura do sistema de classificação que determinava meu processo. O catálogo consistia em uma hierarquia de termos que organizavam o conhecimento. O objetivo é oferecer uma progressão gradual, uma descida em direção às “questões” das quais cada pesquisador/a está em busca. Contudo, quando eu encontrei “aquilo” que eu vinha procurando, eu não tive certeza se queria mesmo vê-lo. Minha persistência, estar determinada a descobrir, a saber, a interrogar, me manteve na minha cadeira, mas eu também estava cautelosa, hesitante, aferindo e calculando se valia a pena seguir adiante.

Ponderei a origem da minha hesitação, minha autopercepção fraturada, a ausência de um “eu” singular que sabe o que quer. Sondei minhas motivações conflitantes enquanto pesquisadora, enquanto filha, enquanto mulher negra descendente daqueles que eu estava prestes a encontrar; considerei resultados diferentes e resisti à indecisão e à paralisia enraizadas na tensão entre intenções e desejos. Eu queria fazer da minha ambivalência uma oportunidade, um momento de consciência histórica, um reconhecimento importante da natureza ficcional da ideia de um “eu” unificado. Não há um “eu” simples marcando minha subjetividade aqui. Tendo caído no equivalente à toca do coelho de Charles L. Dodgson<sup>7</sup>, eu precisava enumerar, reorganizar minhas múltiplas identidades e motivações, me recompor e recuperar o fôlego. A organização de conhecimento no sistema de classificação parecia, a priori, perfeitamente lógica, em concordância com rotas estabelecidas em direção ao esclarecimento, mas eu acabei parando não sobre a luz do conhecimento, mas debaixo de sua superfície, no solo onde começou a tomar

---

<sup>6</sup> Nota dos Tradutores (N.T.): O “*Tesouro de Sua Majestade*” (*HM Treasury*) é um departamento do governo responsável pelas finanças públicas e políticas econômicas do Reino Unido, como um ministério da economia.

<sup>7</sup> N.T.: Nome do escritor britânico Lewis Carrol, conhecido por ser autor de *Alice no País das Maravilhas* (1865-6).



forma, na escuridão onde as raízes do esclarecimento se emaranhavam com os rizomas da irracionalidade.

A arquitetura e os caminhos deste locus de conhecimento onde eu me encontrava são produto de uma história que eu dediquei minha carreira a contestar e desafiar. Em “Comissões e Comitês”, eu escavei por “corpos relacionados à compensação e outras questões referentes à escravização, território e guerra”, até encontrar os registros do “Gabinete de Registro de Escravos Coloniais e Comissão de Compensação de Escravos”, que assumiu a forma do Gato Risonho encolhido no canto mais escuro de sua toca, esperando por mim. Seu sorriso se alargou, sua boca se abriu e seu corpo se dissolveu, deixando para trás as palavras “Comissão de Compensação de Escravos” pairando na atmosfera de ar pútrido.

As lições de conduta transmitidas nas cartilhas dos libertos reconfiguraram a deferência e o servilismo das relações sociais da escravidão. Ter escravos como propriedade foi anulado por lei, mas as relações estruturais da escravidão perduraram. A restauração da plantation se deu por meio de regulamentação da conduta, imposição de dívidas, formação da individualidade e naturalização da raça.

Saidiya Hartman, *Cenas da sujeição*<sup>89</sup>

Eu estava incerta sobre minhas bases, me sentindo instável em um terreno de desonestidade e dissimulação. Em um mundo alternativo, um mundo justo e equânime, o título “compensação de escravos” significaria que a função desta comissão era compensar os escravizados por terem sido roubados (seu trabalho, seus descendentes, seu futuro) de si mesmos: compensação pela riqueza que foi espremida de seu sofrimento, riqueza gerada a partir de vidas dedicadas incessantemente ao trabalho, riqueza borbulhando de uma inundação de lágrimas, de dor, de frustração e de fúria, tomando os porões dos navios negreiros, regando o solo implacável das plantações, cultivando as sementes da insurreição. Um patrimônio enorme, produzido pelo trabalho de gerações de seres humanos escravizados, enriqueceu o coração

---

<sup>8</sup> Hartman, 1997, p. 148, tradução nossa.

<sup>9</sup> N.T.: Embora a obra tenha sido traduzida para o português brasileiro, a passagem citada por Carby corresponde à primeira edição de *Scenes of Subjection*, tendo sido posteriormente alterada na edição revista utilizada na tradução brasileira publicada pela Editora Fósforo. Optamos, neste caso, por traduzir a versão da passagem conforme citada por Carby. Para referência à edição brasileira, ver: HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição: Terror, escravidão e criação de si na América do século XIX*. Tradução de Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro. São Paulo: Fósforo, 2025.

colonial do império e nele foi consumido; gerações de trabalhadores foram recompensados com miséria e violência física e psicológica indescritíveis.

A linguagem dos arquivos é capciosa, sua duplicidade projeta um peso terrível no ato de fazer pesquisa. Forcei-me a parar, fechar os olhos e me deixar levar pelo conforto da fantasia. Pareceu-me importante permanecer, ainda que brevemente, com a possibilidade de que a compensação pudesse de fato ter sido oferecida aos escravizados em vez de enriquecer aqueles que eram legalmente donos de seus corpos. Eu prendi a respiração.

Deveria haver espaço no arquivo para realidades alternativas, para outras formas de conhecimento. Deveria haver espaço para imaginar um mundo em que a justiça, não a injustiça, triunfasse, um mundo em que a riqueza tivesse sido devolvida àqueles que a tinham produzido, mas eu sabia que estava perdendo tempo, que não se procura por justiça social nos arquivos coloniais. A fim de terminar minha missão ali, eu me forcei a voltar a respirar, enchi os pulmões, abri meus olhos, ergui meu queixo, travei minha mandíbula e continuei com minha busca. Comitês e comissões não são os únicos corpos enterrados aqui nas caixas e pastas e amarrados com laços e fios. Verdades, sob qualquer critério ou definição, são difíceis, quando não impossíveis, de escavar e trazer à tona. Ao longo de dez anos, persegui esse Coelho Branco, enfrentando e questionando os arquivos coloniais em Londres e em Kingston, na Jamaica, buscando por registros.

Em 1816, o governo britânico instituiu um processo para registrar todos os escravizados em cada território de seu império. Seres humanos vivos foram confinados a camisas-de-força de colunas e amarrados a pastas: “REGISTRO”, “REGISTRO DE ESCRAVOS”. Em 1817, o primeiro ano desses registros havia passado e, dali em diante, até a libertação, registros de “aumento” e “redução” eram atualizados a cada três anos. “Aumento” tratava de nascimentos e compras, “redução”, vendas, fugas, confinamentos em *workhouses*<sup>10</sup> e mortes, sem fazer distinção entre mortes por tortura, punição, doenças, ou mesmo por terem seus corações

---

<sup>10</sup> N.T.: No contexto do Império Britânico, *workhouse* designava instituições destinadas à assistência e ao controle da população pobre, nas quais a concessão de auxílio público era frequentemente vinculada à realização de trabalhos. No Caribe britânico, instituições dessa natureza estiveram inseridas em estruturas coloniais de controle da pobreza e da força de trabalho. Durante e, sobretudo, após o processo de emancipação, pessoas escravizadas e posteriormente libertas podiam ser submetidas a mecanismos institucionais de assistência, disciplina e trabalho compulsório, que contribuíam para a manutenção de relações sociais e econômicas herdadas do regime escravista. Assim, embora *workhouse* não designasse especificamente uma instituição para escravizados, o termo deve ser compreendido, nesse contexto, em relação às formas coloniais de administração da pobreza, racialização do trabalho e controle da população negra.



partidos. A linguagem desses documentos confirma que o único interesse em manter os registros desses corpos era em termos de lucro ou prejuízo.

Que bote salva-vidas está ao alcance de descendentes daqueles listados nesses arquivos e registros da escravização do Império? Existe esperança, conforto, ou mesmo fuga a ser encontrada na memória apenas daqueles que sobreviveram? Eu me senti enlutada por aqueles que haviam sido mutilados, destruídos, cujas vidas foram interrompidas. Se alguém que eu havia encontrado desaparecesse nos registros subsequentes, eu desejava que tivessem conseguido fugir, fugir o mais rápido e para o mais distante que pudessem ir, que tivessem adotado novos nomes, e que tivessem conseguido se esconder para sempre das garras de seus antigos proprietários e dos arquivos. Registros daqueles condenados, punidos cruelmente, assassinados, me paralisavam.

Ao passo que cada pessoa nos registros era catalogada, elas eram categorizadas não como humanos, mas como propriedade, pelo Tesouro de Sua Majestade. Essa prática de desumanização se mantém e se reproduz, sem fim, na linguagem e nas estruturas de classificação: títulos, subtítulos, definições. Ninguém deveria imaginar que entrar no arquivo seria viajar de volta para um tempo em que a história já se tornou passado, já acabou. Viajar pelos arquivos impõe uma experiência com o tempo que não é linear, mas em circuito. Uma passagem pela linguagem viva dos humanos como propriedade é uma forma de aprisionamento sem fim, e uma declaração do *direito de possuir*, é uma imposição contínua e infinita da sujeição e da posse. Entrar nestes arquivos é ser incorporado a um processo de mercantilização da carne humana.

Em Portland, na Jamaica, em 1817,

*John Carby / Negro / 6 anos de idade / crioulo*

Está registrado como:

*filho de Nancy / 30 anos de idade / africana<sup>iii</sup>*

Eu saí atrás de fragmentos de informações, registrados nesses documentos por escrivães que estavam preocupados com os números, com o detalhamento das propriedades e seus donos, mas não se preocupavam com a precisão dos nomes dessas "propriedades", por não as considerar humanas. Encontrei traços preciosos, mas inconsistentes de mais de uma Rose Munro: em Hanover, uma escravizada chamada Rose Munro, africana, “declarada” com 26 anos de idade em 1817<sup>iv</sup>, foi “registrada” com 38 anos de idade em 1829<sup>v</sup>. Em Kingston em

1820, uma Rose Munro, preta liberta, de oito meses de idade, foi batizada (uma filha, talvez?)<sup>vi</sup>. Em 1822, uma alforria de uma Rose Munro por 10 xelins aparece nos arquivos<sup>vii</sup>.

Eu mobilizei as tensões entre minha própria identidade como pesquisadora e ser filha, neta, bisneta e descendente. Eu criei conexões a partir de fios soltos sobre minha ascendência, fui atrás do nome Rose e de sua passagem por gerações até ser dado, como um presente, à minha avó, Millicent Rose Munro, que, conhecida simplesmente como Rose, deu à luz a meu pai em Kingston, na Jamaica, em 1921. Eu sabia que conseguiria reunir apenas fragmentos de histórias e alguns rastros de ancestrais, que eu jamais poderia recuperar e recriar as vidas de todos aqueles nas plantações, mesmo achando tudo isso inaceitável. Como filha e neta, me senti destituída, insatisfeita e perturbada pelo fato de que essas vidas silenciadas, no e pelos arquivos e a escravização, são irrecuperáveis.

Na enorme sala de documentos, fui e voltei ao balcão da recepção, carregando enormes caixas cinzas. Elas eram grandes e pesadas. Dentro de cada caixa tinha um único volume dos relatórios trienais das paróquias de Portland e St. George, na Jamaica, a partir de 1817, passando por 1820, 1823, 1829 e 1832. Eu me agarrei a cada caixa junto ao peito, usando meu próprio corpo como apoio, com medo de deixar alguma coisa cair dos meus braços, se esparramar, espalhando seu conteúdo por todo o chão. Quando chegava à minha mesa, colocava cada caixa delicadamente e desatava um laço de algodão branco.

A passagem do tempo foi marcada não só por unidades de medida como segundos, minutos e horas, mas pela natureza da repetição de meus movimentos que pareciam configurar um ritual. Eu ficava de pé, abria a tampa, colocava ao meu lado e ficava olhando para o conteúdo das caixas enquanto a primeira de muitas nuvens de partículas que eu estava mexendo ocupavam o ar e se assentavam. Enfiando os dedos entre as laterais internas de cada caixa e registro, eu agarrava cada volume e o erguia. Quando esses documentos foram criados, copiados, encadernados, transportados pelo oceano Atlântico e arquivados, será que os oficiais do Tesouro Britânico pensavam que, como o Império deles, esses registros existiriam para sempre?

O clima tropical, a umidade, os insetos, viagens pelo oceano, negligência humana acabavam com os objetivos desses funcionários públicos de preservar esses arquivos na forma em que haviam planejado: os livros, com as capas marmorizadas já separadas da lombada e das páginas, apresentam encadernações parcialmente desintegradas; as páginas antigas foram atacadas pelo mofo, mas a maior parte da costura ainda resiste. Enquanto fazia minhas buscas e virava página a página, era como se as partículas do cânhamo, linho, algodão e da capa, que



constituem essas encadernações sobre os mortos de um passado distante, tivessem uma consciência própria, estivessem procurando se agarrar a mim, recusando-se a serem deixados para trás: fragmentos de um laranja avermelhado, marrom e bege flutuavam a meu redor, cobrindo minhas roupas e se inserindo dentro de mim, na minha pele, nos meus cabelos.

Eu não pude deixar os mortos que se agarraram a mim. Caminhando do Arquivo Nacional para a estação de metrô, deixei uma trilha de fragmentos em meu caminho. No trem, estava imersa em uma nuvem de resíduos. No chuveiro, assisti a essas partículas caindo pelo ralo. Quando acordei, elas estavam em meu travesseiro. Deixei alguns vestígios nas casas de meus melhores amigos. Ao passar pela Imigração e Controle de Fronteiras, do outro lado do Atlântico, hesitei, pensando se deveria declarar que carregava todos esses resíduos comigo.

---

<sup>i</sup> “Uma vida pobre esta, se, tomada por afazeres, / não temos tempo para parar e contemplar.” Minha mãe gostava de citar esses versos de um poeta galês, W. H. Davies, “Leisure”, em *Songs of Joy and Others* (Londres: A. C. Fifield, 1911, p. 15, tradução nossa). Ver: <https://englishverse.com/poems/leisure>.

<sup>ii</sup> Conferir Kei Miller, *The Cartographer Tries to Map a Way to Zion* (Manchester: Carcanet Press Limited, 2014), 18-19.

<sup>iii</sup> Detalhe, Jamaica Portland, 1817, Arquivos de Escravos, Registros, Escritório de Registros, Escritório de Registros de Escravos Coloniais e da Comissão de Compensação de Escravos, Arquivo Nacional T71/151/37.

<sup>iv</sup> Jamaica, Hanover, 1817, Arquivos de Escravos, Registros, Escritório de Registros, Escritório de Registros de Escravos Coloniais e da Comissão de Compensação de Escravos, Arquivo Nacional T71/190/.

<sup>v</sup> Jamaica, Hanover. I-O, 1829, Arquivos de Escravos, Registros, Escritório de Registros, Escritório de Registros de Escravos Coloniais e da Comissão de Compensação de Escravos, Arquivo Nacional T171/196.

<sup>vi</sup> Batismos em Kingston, 14 de maio de 1820, página 356, Jamaica, “Transcrições dos registros paroquiais da Igreja Anglicana 1664-1880,” Kingston, Jamaica. Departamento do Registro Geral, Spanish Town; microfilme FHL 1.291.763.

<sup>vii</sup> Escritório Colonial e órgãos antecessores: Jamaica, Correspondência Original. Relação de todas as alforrias concedidas na Jamaica entre 1º de janeiro de 1817 e 31 de dezembro de 1830. Arquivo Nacional, CO/137/183/38.